COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
PROJETO DE LEI Nº. 5.481, DE 2005.

Acrescenta § 5º ao Art. 18 da Lei nº. 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre a inscrição do registro profissional de médico em caso de exercício da atividade em cidades de fronteiras entre Estados jurisdicionados a diferentes Conselhos Regionais.

Autor: Deputado FERNANDO CORUJA

Relator: Deputado NEILTON MULIM

I – RELATÓRIO

A proposição em tela, de autoria do ilustre Deputado FERNANDO CORUJA, pretende alterar o art. 18 da Lei nº. 3.268, de 30 de novembro de 1957, que “institui os Conselhos de Medicina e dá outras providências”.

Para tanto, propõe a inserção de um § 5º no aludido dispositivo facultando ao médico que exercer sua profissão em cidades de Unidades Federadas distintas, se situadas na região limítrofe entre os Estados, em optar pela inscrição em apenas um dos Conselhos Regionais.

Justificando sua iniciativa, o ínclito Parlamentar recorda que a matéria havia sido anteriormente apresentada pelo Deputado VICENTE CAROPRESO, em atenção a pleitos de profissionais da medicina de Santa Catarina.

O Relator inicial da matéria foi o Deputado Manato que elaborou o voto pela rejeição, mas com o fim da legislatura acabou não sendo votado e por consequência redistribuída a relatoria.

A matéria é de competência conclusiva das Comissões, cabendo-nos apreciá-la quanto ao mérito. Posteriormente, caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre os pressupostos contidos no art. 54 do Regimento da Casa. Neste Órgão Técnico não foram apresentadas Emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do nobre Deputado FERNANDO CORUJA sinaliza sua vinculação aos reclamos da categoria profissional a qual pertence, particularmente à de seu Estado, Santa Catarina. De fato, para uma parcela da categoria, que exerce sua profissão em regiões limítrofes entre dois ou mais Estados, a inscrição secundária é onerosa e cria obrigações burocráticas adicionais para os médicos.

Há que se considerar, contudo, que a jurisdição dos Conselhos Regionais se faz em consonância com a divisão dos Estados e do Distrito Federal. A fiscalização e o controle sobre o exercício da medicina, assim, estão vinculados ao território em que se encontra o município em que tal exercício se efetiva.

Admitir a proposta contida no Projeto de Lei sob comento, sem nenhuma alteração, seria, por consequência, admitir que um médico exercendo seu ofício num determinado Estado responda e possa ser julgado nos processos éticoprofissionais pelo Conselho Regional de outro Estado. Ora, isso traria uma série de problemas para a nobre missão exercida pelos órgãos de fiscalização profissional, causando um conflito de jurisdição.

Assim, o que nos parecer mais razoável é que seja apresentado um texto que contemple todas as profissões regulamentadas que também enfrentem essa situação, que merece ser regulamentada.

Tendo em vista o supracitado, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 5.481, de 2005, na forma do substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado NEILTON MULIM

Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
SUBSTITUTIVO
PROJETO DE LEI Nº. 5.481, DE 2005.

Dispõe sobre a inscrição do registro profissional em caso de exercício da atividade em cidades de fronteiras entre Estados jurisdicionados a diferentes Conselhos Regionais.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a inscrição do registro profissional em caso de exercício da atividade em cidades de fronteiras entre Estados jurisdicionados a diferentes Conselhos Regionais.

Art. 2º As profissões regulamentadas por lei federal e que tenham instalados os seus conselhos regionais poderão ser exercidas na área do outro conselho quando for região metropolitana, aglomeração urbana ou microregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

§ 1º No exercício do direito previsto no caput deste artigo o credenciamento feito junto ao conselho do domicílio do profissional terá validade para toda a região, sem prejuízo da competência reguladora e fiscalizadora de cada conselho na área de sua jurisdição.

§ 2º Na aplicação das penalidades, por cada conselho, na área de sua jurisdição, quando o profissional for do município limítrofe, a mesma será remetida ao Conselho Federal, para homologação.

§ 3º O Conselho Federal da respectiva profissão editará os atos necessários para a fiel execução dessa lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Neilton Mulim

Relator